

Carta de Santa Cruz do Sul:

A Juventude do PMDB do Rio Grande do Sul, reunida no dia 18 de julho de 2015 na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, com apoio da Fundação Ulysses Guimarães, discutiu a temática políticas de gênero na juventude, tendo como painelistas a professora Jussara Reis Prá, e organizou as seguintes reflexões e considerações:

Em nossa sociedade local, quais são os principais obstáculos a serem vencidos para alcançar a equidade de gênero no trabalho, nas organizações e na política? De que forma podemos criar o hábito de equilibrar a participação de homens e mulheres nas decisões políticas da nossa cidade?

Nossas discussões apontaram que o principal obstáculo para o estabelecimento da equidade de gênero no trabalho é que, apesar de uma evolução sob o ponto de vista da legislação que equipara homens e mulheres, a fiscalização trabalhista é ineficiente para que se efetive o cumprimento dos dispositivos previstos em lei. Fato é que as funções exercidas por homens e mulheres nas relações de trabalho devem fazer jus à mesma remuneração e direitos para ambos.

Atualmente, há uma lacuna de espaço para juventude nos partidos políticos, agravada quando se observa o recorte de jovens mulheres. No RS, devido ao peso de uma cultura ainda patriarcal, as mulheres são incentivadas a preservar a casa e a família. A mesma cultura dificulta a inserção da mulher na política. Nas organizações e entidades de classe, as mulheres já alcançaram o mesmo nível de conhecimento dos homens, mas por consequências culturais do passado, estes ainda são beneficiados.

A política, por ser uma atividade que exige “estar no trabalho de rua”, não desperta tanto interesse das mulheres e dificulta que elas conquistem espaço no meio, pois a cultura histórica as impõe a quase obrigação de ser mãe, estar em casa para cuidar da família. Acreditamos em uma sociedade moderna onde haja compartilhamento de tarefas e do sustento da família, e onde a atividade política seja uma honra para homens e mulheres que se interessam em prestar serviço e encontrar soluções para os problemas da sociedade.

É necessário um trabalho permanente para a mudança de hábitos, que se criam ainda em casa, quando desde pequenas as crianças devem receber das mães e dos pais a noção de igualdade e equidade, sendo orientados a desempenhar mesmas tarefas. Os pais devem mudar o hábito de ensinar, delegando tarefas iguais a seus filhos, independente do sexo.

No ambiente escolar, é necessário trabalhar mais a questão da igualdade e da equidade de gênero, algo que, infelizmente, hoje ainda não é realidade. O princípio da igualdade deve ser semeado e cultivado desde a infância, em casa, na escola, e em todos os ambientes sociais que fomentem projetos para formação dos cidadãos e das cidadãs do futuro. Também é importante que a formação escolar ofereça noções de política, sob um ponto de vista pedagógico, histórico, bem fundamentado a fim de proporcionar aos jovens o conhecimento da ciência que

estuda as formas de promover o bem estar da sociedade.

Em nossas discussões, identificamos a necessidade de preparar e incentivar programas que promovam o feminismo, não como uma bandeira isolada, mas como prática comum na colaboração com as entidades e organizações políticas. É justo que se estabeleça lei de cota e paridade de 50% de vagas para mulheres candidatas no cenário político. Assim, fomentamos a reformulação do estatuto partidário para a inclusão da obrigação de que 50% das vagas nas atividades partidárias sejam preenchidas por mulheres.

Santa Cruz do Sul, 18 de julho de 2015.